

MR26: Etnografias do/no sistema prisional: Método, campo, reflexividade e ética

Coordenação: Juliana Melo (UFRN)

Debatedor/a: Welliton Caixeta Maciel (UnB)

Participantes: Marcus Cardoso (UNIFAP), Carolina Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), Natasha Krahn (UFBA), Juliana Melo (UFRN)

Resumo:

Interpelar etnograficamente a normalização da cultura do castigo, práticas (extra)legais e (extra)judiciárias de punição e controle ao longo da história constitui pauta importante na agenda de pesquisa de diferentes áreas, notadamente das Ciências Sociais e Humanas. O que significa punir/controlar, especialmente no sistema de justiça criminal brasileiro? Por que punir/controlar? Como se pune/controla? Quem pune/controla? A quem se pune/controla? Para responder a estas e outras questões pesquisadores/as têm buscado a etnografia, enquanto método focado no trabalho de campo, mas também enquanto postura e reflexividade em pesquisa empírica, considerando os aspectos éticos e seus desdobramentos. Propõe-se, neste painel, reunir pesquisadores/as e seus trabalhos sobre o campo em tela, em perspectiva local e também comparada, de maneira a visibilizar diferentes olhares etnográficos sobre as prisões e mecanismos de controle estatal em torno do modelo carcerário, dando especial atenção para questões tais como: seletividade penal, encarceramento em massa, facções prisionais, política de "guerra às drogas", adolescentes infratores/as, mulheres encarceradas, presos/as LGBT, trabalho prisional, familiares de presos/as, egressos do sistema, alternativas penais vs. penas alternativas, usos discursivos e práticos da tortura, estado de exceção nas prisões, métrica e violência de Estado, vigilância e controles eletrônicos, governamentalidade neoliberal e monetarização da vida, entre outras.

Circularidades: mulheres, familiares de presos e "guerra às drogas"

Autoria: Juliana Melo

A proposta é refletir sobre o crescimento das taxas de aprisionamento de mulheres, sobretudo, vinculada aos crimes por tráfico de droga e/ou associação criminosa. Fundamento-me em uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), em que entrevistei 18 mulheres classificadas legalmente como traficantes e popularmente como mulas. Transportavam drogas dentro de seus próprios corpos para estabelecimentos prisionais quando visitavam parentes presos (majoritariamente filhos e companheiros) e foram presas nesse processo. Embora não trate de uma situação nova, o debate continua desafiador em termos acadêmicos, sendo restritos os estudos que demonstram como as mulheres circulam pelas prisões adotando diferentes posições (nesse caso, visitantes e, posteriormente, traficantes e presidiárias) e como existem elos de continuidade entre esses dois polos. A proposta é também refletir criticamente sobre o que definimos como tráfico, traficantes e discutir os impactos sociais que o encarceramento feminino produz - já que corrobora para a desestruturação de famílias já fragilizadas. Há, desse modo, um processo de transmissão intergeracional da condição de pobreza e, no limite, da própria condição de pessoas privadas de liberdade, o que evidencia a falta de proteção das mulheres no sistema de justiça criminal e a "eficácia" da política de guerra às drogas no que se refere ao controle desse grupo e manutenção de sua condição de vulnerabilidade.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

